

BOLETIM DAS ATUALIZAÇÕES

TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS

ALTERAÇÕES NA VERSÃO DAS TPUS DE 20/09/2022

Alterações na Versão das TPUs de 20/09/2022

Informamos que houve uma nova publicação das Tabelas Processuais Unificadas em 20 de setembro de 2022. As alterações foram as seguintes:

- 1) Habilitação para as Turmas Recursais da Justiça Estadual do assunto “6083 – Contribuição de Iluminação Pública”;
- 2) Desabilitação para os Juizados Especiais da Justiça Estadual da classe “93 – Despejo por Falta de Pagamento”;
- 3) Desabilitação para os Juizados Especiais da Justiça Estadual da classe “94 – Despejo por Falta de Pagamento Cumulado com Cobrança”;
- 4) Habilitação para as Turmas Recursais da Justiça Estadual do assunto “10009 – Inquérito/ Processo/Recurso Administrativo”;
- 5) Habilitação para os Juizados Especiais da Fazenda Pública e para as Turmas Recursais da Justiça Estadual do assunto “10250 - Pensão”;
- 6) Habilitação para as Turmas Recursais da Justiça Estadual do assunto “10252 - Concessão”;
- 7) Habilitação para as Turmas Recursais da Justiça Estadual do assunto “10251 – Provisória”;
- 8) Habilitação para as Turmas Recursais da Justiça Estadual do assunto “10253 - Restabelecimento”;
- 9) Habilitação para os Juizados Especiais, para os Juizados Especiais da Fazenda Pública, para as Turmas Recursais e Turmas Estaduais de Uniformização da Justiça Estadual e para os Juizados Especiais, para as Turmas Recursais, para a Turmas Regionais de Uniformização e Turma Nacional de Uniformização do assunto “11806 – Empréstimo Consignado”;
- 10) Marcação da classe “12080 – Incidente de Impedimento Cível” como sendo de numeração própria;
- 11) Marcação da classe “12081 – Incidente de Suspeição Cível” como sendo de numeração própria;
- 12) Criação da classe “15159 – Regime Centralizado de Execuções”, filha da classe pai “62 – Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos” com habilitação para o primeiro grau da Justiça Estadual;
- 13) Criação da classe “15160 – Cumprimento de Sentença de Ações Coletivas”, filha da classe pai “155 – Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão” com habilitação para o primeiro e segundo graus das Justiças Estadual, Federal e do Trabalho;

- 14) Criação da classe “15161 – Cumprimento Provisório de Sentença de Ações Coletivas”, filha da classe pai “155 – Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão” com habilitação para o primeiro e segundo graus das Justiças Estadual, Federal e do Trabalho;
- 15) Criação do movimento “15162 – Acolhimento de Embargos de Declaração”, filho do movimento pai “3 – Decisão”, com habilitação para todos os ramos e graus de jurisdição do Poder Judiciário, exceto Conselhos;
- 16) Criação do movimento “15163 – Acolhimento em Parte de Embargos de Declaração”, filho do movimento pai “3 – Decisão”, com habilitação para todos os ramos e graus de jurisdição do Poder Judiciário, exceto Conselhos;
- 17) Criação do movimento “15164 – Não Acolhimento de Embargos de Declaração”, filho do movimento pai “3 – Decisão”, com habilitação para todos os ramos e graus de jurisdição do Poder Judiciário, exceto Conselhos;
- 18) Criação do movimento “15165 – Resolução Aprovada”, filho do movimento pai “385 – Com Resolução de Mérito”, com habilitação para TSE e conselhos;
- 19) Criação do movimento “15166 – Resolução Desaprovada”, filho do movimento pai “385 – Com Resolução de Mérito”, com habilitação para TSE e conselhos;
- 20) Criação da classe “15167 – Acordo de Não Persecução Cível”, filha da classe pai “214 – Outros Procedimentos”, com habilitação para o primeiro e segundo graus das Justiças Estadual e Federal;
- 21) Criação do movimento “15168 – De Liquidação, Cumprimento de Sentença ou Execução por Nulidade da Fase de Conhecimento”, filho do movimento pai “12289 – Cancelamento”, com habilitação para o primeiro e segundo graus, Juizados Especiais, Juizados Especiais da Fazenda Pública e competência militar de primeiro e segundo graus da Justiça Estadual, primeiro e segundo graus e Juizados Especiais da Justiça Federal, primeiro grau da Justiça do Trabalho e primeiro e segundo graus da Justiça Militar Estadual.
- 22) Criação do assunto “15169 – Motivação Político Partidária (Provimento CNJ 135/2022), filho do assunto pai “ 287 – Direito Penal”, com habilitação para o primeiro e segundo graus, Juizados Especiais, Turmas Recursais, Turmas Estaduais de Uniformização e competência militar de primeiro e segundo graus da Justiça Estadual, primeiro e segundo graus, Juizados Especiais, Turmas Recursais, Turmas Regionais de Uniformização e Turma Nacional de Uniformização da Justiça Federal, primeiro e segundo graus da Justiça Militar Estadual e primeiro grau e STM na Justiça Militar da União;
- 23) Alteração do nome do movimento “12619 – Recebimento do Cejusc” para “Recebimento do Cejusc ou Centros de Conciliação/Mediação”, com a inclusão do termo “ou Centros de Conciliação/Mediação” na descrição do movimento e no glossário;

- 24) Alteração do nome do movimento “12621 – Recebimento no Cejusc” para “Recebimento no Cejusc ou Centros de Conciliação/Mediação”, com a inclusão do termo “ou Centros de Conciliação/Mediação” no glossário;
- 25) Alteração do nome do movimento “12614 – Remessa para Cejusc” para “Remessa para o Cejusc ou Centros de Conciliação/Mediação”, com a inclusão do termo “ou Centros de Conciliação/Mediação” na descrição do movimento e no glossário.

